

Crianças indígenas: introdução ao dossiê, estado da arte e agenda de pesquisas

Clarice Cohn
Professora Adjunta pela Universidade Federal de São Carlos (DCSo/PPGAS)
Bolsista Produtividade CNPq
clacohn@gmail.com

A Lux Vidal, Bep-tok (More) e Irengri Xikrin,
que me introduziram nas relações com os Xikrin e suas crianças
A Aracy Lopes da Silva (*in memorium*)
A Marcondes Namblá (*in memorium*)

O que as crianças indígenas ensinam para a antropologia? Esta é, no meu entender, a questão de fundo que se deve debater sempre que a pesquisa antropológica debruça seu olhar sobre as crianças. O desenvolvimento da pesquisa nessa área no Brasil nas últimas décadas revela, em suas etnografias, os diversos modos de ser criança em diferentes contextos. Sendo as crianças, desde sempre, figurantes ou marginais na antropologia, esse é um campo que precisou ser aberto e desenvolvido com muito esforço. Hoje, porém, podemos afirmar que ele se encontra definitivamente consolidado, com um repertório bastante complexo de contribuições. Indicam elas que não só as crianças (ou as infâncias, ou os modos de ser criança) são diversas para cada contexto etnográfico, mas também que modelos analíticos e temas e questões as mais diversas têm que ser acionadas para dar conta dessas realidades. Demonstra-se assim que o olhar para a criança aciona uma série de modelos analíticos e contribui para os debates na etnologia. É exatamente por isso que cabe ressaltar que essas pesquisas contribuem para a antropologia e a etnologia, oferecendo-lhes um meio privilegiado de revelar a diversidade dos modos de vida no mundo, ao demonstrar como ela é, efetivamente, criada. Assim, mais do que simplesmente pesquisar crianças, está-se fazendo antropologia. E isso significa revelar algo sobre os

coletivos de que as crianças são parte – e ademais, como lembra o texto seminal de Toren (1999 [1993]), nos permite ver o que está frequentemente obliterado pelos adultos. Naquele texto, ao elaborar a partir de quatro inversões de formulação dos adultos e das crianças sobre temas e questões fundamentais para os povos estudados, a autora conclui que “não podemos entender plenamente a relação entre adultos se não investigamos o que as crianças sabem sobre essas relações e como elas o sabem” (idem: 115, tradução minha)¹.

No entanto, após cerca de quatro décadas de pesquisas com e sobre crianças, tanto no âmbito internacional da academia quanto no Brasil², essa é uma afirmação que ainda deve ser feita e defendida. A antropologia – e a etnologia indígena –, embora tenha chegado ao reconhecimento do valor etnográfico e analítico desses estudos, não os incorpora, ainda, em seus debates mais amplos. Esperamos que esforços como este, de reunião e coletânea de textos que tenham as crianças como foco, sejam mais do que meios para apresentar essas pesquisas, mas de mostrar o quão antropológicas elas são, no sentido pleno do termo, de modo a inseri-las nestes debates mais amplos. Assim, um dos propósitos desse dossiê

1 Ao longo desse percurso de quase três décadas de reflexão neste campo, tenho muitos a agradecer. Em primeiro lugar, a Lux Vidal, minha orientadora no mestrado, que me levou aos Xikrin e colaborou para que eu elaborasse minhas primeiras reflexões sobre o tema, e a Aracy Lopes da Silva, que me convidou a fazer parte do MARI – Grupo de Educação Escolar Indígena da USP, que coordenava, e ao grupo de pesquisa que ambas coordenavam, e a me debruçar sobre este tema. Agradeço ainda a Manuela Carneiro da Cunha, que me acompanhou em minhas primeiras entradas nos estudos Jê quando me orientava em minha iniciação científica no Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII/USP). A Peter Gow, tenho um agradecimento especial, já que ele foi o primeiro a abraçar e a me incentivar na ideia de estudar com crianças indígenas, e me apresentou a Christina Toren, a quem muito agradeço também pelo diálogo desde o início dos anos 1990. Agradeço também de modo muito especial a Antonella Tassinari, minha parceira neste debate por todos estes anos, com quem tanto realizei, e a Andrea Szulc, Adir Nascimento e Ana Gomes, igualmente, e a todos e todas que tomaram parte dos muitos Grupos de Trabalho, Mesas Redondas e cursos que organizamos ao longo dos anos e que me convidaram a debater suas pesquisas em bancas de arguição. Mais recentemente, agradeço a Phillipe Erikson e a toda a equipe do LESC/Universidade de Nanterre, com quem pude debater em meu estágio de pós-doutorado este tema de nova forma, a Bonnie Chaumeil, Isabelle Daillant, Anath Ariel de Vidas pelo convite em debater este tema no Séminaire d’Anthropologie Américaniste, assim como a todos os participantes, e aos organizadores do II Encontro de Etnologia, História e Política, realizado na UFSCar, em especial a Aline Iubel, pelo convite de o abrir com este debate, assim como a todo o público que muito contribuiu para essas novas formulações do debate que aqui elaboro. Agradeço por fim, mas muito enfaticamente, a todas e todos os meus alunos que têm elaborado o tema comigo, em especial durante a vigência do nosso Observatório da Educação Escolar Indígena da UFSCar (OEEI/UFSCar) e no curso Antropologia da Criança. Gabriela Braga Loreti e Amanda Villa foram fundamentais em fazer acontecer esse dossiê. Sem os apoios financeiros de CAPES, CNPq e FAPESP ao longo destes anos as pesquisas que são o fundo dessas reflexões não teriam sido possíveis.

2 Pesquisas em ciências sociais convidando a se dar foco às crianças têm seu início reconhecido, frequentemente, pelos textos de Corsaro (2005 [1997]), James e Prout 1990; James, Jenks e Prout (1997), Prout (2005) e James e Christensen (2010), a quem se deve acrescentar, muito evidentemente, Toren 1999. Cf., para uma visão a partir do Brasil, Nunes (1999, 2001), Lopes da Silva e Nunes 2001, Cohn (2000c, 2005, 2013), Pires (2007, 2010). Para uma análise comparativa entre as antropologias brasileira e argentina no tema da antropologia da criança, cf. Szulc e Cohn 2012.

é uma ambição que pode parecer modesta mas que se revelou, nestas décadas, um grande desafio, e que às vezes pareceu mesmo intransponível – quem sabe, com esforços como esse, possamos pensar em um momento em que etnólogas e etnólogos que pesquisem os Kaiowá, Kalapalo, Xakriabá, Xavante, Kaingang, Laklãñõ, Bororo, Guarani-Mbyá, Baniwa, Potiguara, Maxakali, Pataxó, Avá-Guarani, só para dar alguns exemplos tirados desse conjunto, estejam convencida/os de que ler sobre suas crianças é imprescindível para um debate bibliográfico e etnográfico em suas pesquisas, independente do tema específico a que dê foco (seja ele dos mais clássicos ou dos mais valorizados pela antropologia, como política, xamanismo, parentesco...). Ou seja, que se perceba que as crianças têm muito a revelar sobre parentesco, sua construção, as possibilidades de fazer pessoas e coletivos vividas e acionadas atualmente pelos ameríndios, suas relações com o Estado e as políticas públicas, o xamanismo, a comensalidade, os impactos de grandes empreendimentos, conversões religiosas...

Esse dossiê é mais um marco na etnologia indígena feita com e sobre crianças. Ele nos oferece um novo e atualizado balanço do que tem sido feito, desde um início deste debate realizado na década de 1990 no Brasil e publicado na coletânea *Crianças indígenas: ensaios antropológicos* (Lopes da Silva, Macedo e Nunes, 2001). Se, até então, como apontam as autoras e os diversos ensaios reunidos naquela coletânea, pouco havia sido feito na antropologia brasileira nesse campo, desde então o debate floresceu, e outras coletâneas surgiram (Casaro, Aguilera Urquiza, Vieira 2001; Grandó, Carvalho de Carvalho e Lebre Dias, 2012; Tassinari, Grandó e Albuquerque, 2012). Essas coletâneas, que deveriam ser somadas a artigos e capítulos publicados de modo mais esparso, assim como Trabalhos de Conclusão de Cursos, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, comprovam essa expansão.

Mas este dossiê tem três importantes diferenciais, que devem ser levados em conta. Fruto de uma chamada aberta da r@u, que obteve grande quantidade de respostas, as quais contaram com leituras cuidadosas de pareceristas que muito colaboraram com a qualidade final do conjunto³, ele revela o caráter interdisciplinar do campo. Efetivamente,

3 Aproveito para agradecer às e aos pareceristas, que não nomeio aqui porque diversos optaram pelo anonimato em seu parecer, mas que foram de fato uma contribuição fundamental. Aproveitando esse espaço de introdução de um dossiê que problematiza os desafios persistentes a esse campo de pesquisa, aponto uma das questões que merecem reflexão: ao buscar pareceristas para a leitura e a avaliação dos trabalhos, tivemos que acionar pesquisadores especializados nos povos ou nas temáticas abordadas, mas que com frequência não eram especializados no tema das infâncias e das crianças indígenas – a quem, por isso mesmo, redobramos os agradecimentos por se engajar no desafio proposto. Isso, por um lado, nos aproximou, a todos, de um debate antropológico *stritu sensu* no que diz respeito às análises, mas também provocou um deslocamento de olhar da/os pareceristas, que estavam mais acostumada/os com o debate de outros temas. Evidentemente, só este esforço já é um passo para o que apontávamos no primeiro parágrafo dessa introdução, mas foi um passo que também revelou as dificuldades a que

em Cohn (2005), eu já apontava para o rendimento de um olhar antropológico sobre as crianças para uma diversidade de áreas que lidam com os temas da infância e das crianças, e este dossiê o revela, com contribuições que vêm não só da etnologia, mas também do direito, de análises de políticas públicas, da educação e da saúde. O segundo, e talvez mais importante diferencial, é a participação de pesquisadoras e pesquisadores indígenas que se debruçam sobre este tema, trazendo-nos uma visão, e uma antropologia, inovadoras. Para ainda reforçar este diferencial, contamos com reflexões sobre os efeitos que essas pesquisas têm produzido, desafiando indígenas a pensar sobre si mesmos e sobre o valor da antropologia para tal, e à antropologia a ela mesma. O terceiro vem dos Cadernos de Imagens, que desde a chamada pública foi um convite a contribuir com etnografias visuais e fotográficas, para além de um ensaio fotográfico – elas todas, assim, têm um argumento por trás da seleção de imagens. Dentre elas, contamos com reflexões de pesquisadores não-indígenas sobre as fotografias tiradas de e com crianças, sobre as relações pesquisador/a com as crianças no campo, e produções fotográficas feitas por indígenas que revelam um olhar atento – neste sentido, propriamente indígena, na atenção dedicada às crianças – não só sobre as infâncias em seus povos, mas às infâncias indígenas.

Em seu caráter multidisciplinar, optamos por montar o dossiê percorrendo áreas de debate. Iniciamos, assim, com textos que demonstram, exatamente, que falar de infância e de crianças com e por indígenas demanda um outro recorte – se a infância é tratada normalmente como a vida após o nascimento, entre indígenas sua produção, e sua capacidade agentiva, começam muito antes, na gestação e no parto. Os textos de Melissa Oliveira, sobre um parto entre os Tukano do Alto Rio Negro, e de Erica Dumont Pena e Rogério Corrêa, sobre o parto, os cuidados na gestação e os cuidados perinatais dos Xakriabá de Minas Gerais, além das ações que formam a pessoa logo em seus primeiros momentos, nos abrem o debate. Logo seguimos com o debate sobre as aprendizagens infantis que tomam as crianças como atuantes nesse processo, em contraposição a outra imagem recorrente, a da criança-aprendiz que seria instruída e teria suas aprendizagens dirigidas⁴, com as contribuições de Bruno Ferreira sobre as crianças Kaingang do Rio Grande do Sul, que entre outras coisas nos faz refletir sobre as modificações de olhar

me referi – entre uma espécie de condescendência com o que se pensava um ser tema que se iniciava e leituras que se afastavam do tema central e solicitavam desenvolvimentos que, exatamente, respondiam mais a outros temas da etnologia feita nos textos avaliados, fugindo da contribuição da atenção às crianças. Evidentemente, mais uma vez, esse apontamento é feito para ressaltar a necessidade de chegarmos a um momento em que as pesquisas feitas com crianças indígenas possam ocupar um papel não mais marginalizado nos debates, e não deve minorar o agradecimento que fazemos aos esforços contidos em todos os pareceres e a disponibilidade de quem os fez.

4 Cf. Tassinari (2009) sobre as dificuldades metodológicas de se pesquisar as aprendizagens indígenas por pesquisadores não-indígenas, excessivamente escolarizados.

devidas para se entender o que seria a imitação neste contexto, e de Veronica Monachini de Carvalho e Lucas da Costa Maciel, que trazem uma contribuição importante ao pensar as aprendizagens das crianças em relação ao regime de conhecimento Kalapalo da Terra Indígena do Xingu (TIX), além do debate de Denize Refatti sobre a participação e a aprendizagem das crianças Ava-Guarani do Paraná na arte de sonhar e interpretar sonhos e de Amanda Marqui sobre os diversos ambientes e as diversas relações de aprendizagem das crianças Baniwa do Rio Içana, no Alto Rio Negro. Severiá Idiorê nos traz uma reflexão ímpar, sobre as crianças Xavante do Mato Grosso vistas por uma mãe de uma filha Xavante que é ela mesmo filha de Karajá e professora da aldeia, nos fazendo ver essa infância e suas aprendizagens de uma diversidade de pontos de vistas, todos explicitados e debatidos no texto. Juliana Guimarães Saneto e Jocimar Daolio nos apresentam os movimentos de aproximações e distanciamentos e tensões entre a educação indígena, não-escolar, e a educação escolar, vistos a partir não só das participações de adultos na escola e de atividades escolarizadas na aldeia, mas também das atividades das crianças Bororo do Mato Grosso e de sua corporalidade. Luana Santos da Silva, Martín César Tempass e Narjara Mendes Garcia nos levam a acompanhar as crianças Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul em processos de aprendizagem relativos a processos de educação ambiental, e Roberto Murabac nos desloca o olhar para as crianças indígenas que vivem em contexto urbano e se inserem em contextos escolares não-indígenas, debatendo assim como sua infância deve ser negociada em contextos institucionais pouco preparados, ou frequentemente avessos, a estas suas particularidades. Sônia Lucas e Antonio Hilario Aguilera Urquiza nos remetem ao contexto Kaiowá do Mato Grosso do Sul, nos apresentando, nesta situação nacionalmente reconhecida como de grande vulnerabilidade, as impressões das crianças sobre sua situação como parte de coletivos em uma experiência de “moradias móveis”, como as denominam, nos levando a ver as vantagens, as limitações e os desafios das áreas de retomada e da condição contemporânea de mobilidade deste povo em constante luta territorial pelo olhar das crianças. Diógenes Cariaga, Silvana Jesus do Nascimento e Levi Marques Pereira nos levam de volta ao contexto do Mato Grosso do Sul, dessa vez colocando em diálogo as condições contemporâneas e regionais de produção de pessoas e coletivos Guarani e Kaiowá, demonstrando que estas se dão, atualmente, tendo o não-indígena como uma de suas partes constituintes, mas em contínua tensão, demonstrada aqui pela violação de direitos dessas crianças em nome dos direitos universais da criança, e no debate das políticas públicas de que são alvo. Marcondes Namblá, cujo texto aqui é publicado postumamente, por ter sido ele vítima de assassinato motivado por discriminação e violência contra indígenas, vindo por isso apresentado por uma homenagem a ele e uma denúncia dessa violência, em texto de autoria de Antonella

Tassinari, Suzana Cavalheiro de Jesus e Jozineia Danisa Kaingang, todas participantes do processo formativo do pesquisador, nos traz outra questão: examina de modo inovador os impactos que os grandes empreendimentos têm sobre as crianças, demonstrando como a construção da Barragem Norte afetou os banhos de rio das crianças Lãklãno (Xokleng) de Santa Catarina, importante momento de aprendizagem, relacionalidade e formação do corpo, sendo esta, em meu conhecimento, a única análise já feita sobre o tema – dos impactos do desenvolvimentismo e das grandes obras sobre as crianças.

Passamos então para um novo bloco, em que os direitos das crianças indígenas, ou de indígenas que são crianças, são analisados, tendo por base as contribuições das etnografias sobre crianças indígenas para uma análise que se coloca no campo jurídico. Assis de Oliveira, que há tempos tem chamado a atenção para os desafios das articulações entre os direitos indígenas e os direitos das crianças, propondo que se atue juridicamente com referência a indígenas crianças, de modo a enfatizar os direitos indígenas em relação aos direitos universais das crianças propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Oliveira 2014), aqui nos remete à reflexão da contribuição da antropologia e das pesquisas antropológicas com e sobre crianças para o campo jurídico, ampliando-a para um debate sobre o papel que profissionais em antropologia têm, poderiam e deveriam ter nos procedimentos jurídicos que envolvem essas indígenas crianças. Romário Edson da Silva Rebelo e Raimundo Wilson Gama Raiol partem da avaliação documental e bibliográfica de três casos para debater a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente contemporânea, de modo a demonstrar que, até pela pouca participação indígena nestes processos, ela atende de modo muito deficitário às especificidades das infâncias indígenas, reproduzindo assim o que denominam uma “ordem jesuítica”.

Em um novo bloco de reflexões, passamos a textos que contribuem com uma reflexão sobre o modo como as produções em antropologia feita por indígenas inova este campo de pesquisa. Iniciamos com uma reflexão de duas pesquisadoras não-indígenas, Ana Maria Machado e Ana Maria Rabelo Gomes, sobre uma espécie de antropologia cruzada, em que os olhares diferenciados de pesquisadoras não-indígenas sobre as crianças indígenas e de pesquisadoras indígenas sobre crianças não-indígenas nos revela de modo agudo as diferenças tanto dessas infâncias quanto dos interesses e da atenção que cada lugar de pesquisa dá a elas, a partir de suas experiências de pesquisa com os Yanomami de Roraima. Seguimos com as reflexões de Adir Casaro Nascimento, Carlos Magno Naglis Vieira e Antonio Carlos Seizer da Silva, que nos apresentam um balanço das pesquisas feitas com e sobre crianças no Mato Grosso do Sul, que, enfatizamos, é um dos contextos acadêmicos com maior número de produção acadêmica sobre o tema – o que o conjunto dos textos

do dossiê já revelariam por si só –, mas que trazem ademais um debate sobre como o que denominam de epistemologias indígenas trazidas por diversos pesquisadores indígenas lá atuantes, os quais revelam um novo olhar, para as pesquisas, sobre as crianças. Fechamos então os artigos do dossiê com as reflexões de Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Suzana Cavalheiro de Jesus e Clarissa Rocha de Melo, que partem da experiência da oferta de uma disciplina sobre Infância Indígena durante o Curso de Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica/UFSC, tendo como alunos representantes dos povos Guarani, Kaingang e Xokleng (Laklânõ), e suas produções de pesquisa. O texto nos permite refletir não só sobre as diferentes apropriações da reflexão e do instrumental da antropologia por cada povo para refletir sobre suas infâncias, de acordo com suas concepções de infância, mas também a problematizar uma certa “domesticação” dessa reflexão ao torná-la, mesmo que de modo diverso e com o intuito de respeitar e se manter atentas a essa diversidade, das vivências e reflexões por pesquisadores indígenas sobre sua concepção de infância, reflexões estas que são acadêmicas e antropológicas, e seus efeitos que advém do meio pelas quais são feitas, essas ferramentas que lhe são exteriores. Assim, em seu conjunto, nas reflexões cruzadas de indígenas e não-indígenas sobre as crianças de umas e de outras, da produção acadêmica por indígenas e da formação de pesquisadores indígenas, esse bloco nos permite refletir de modos diferenciados sobre a produção indígena em antropologia (e educação) sobre suas infâncias. Contribui assim para um debate que certamente terá maiores desenvolvimentos à medida em que cada vez mais indígenas se apropriam, na academia ou fora dela, das ferramentas de nossa disciplina para pensar a si e a seus outros.

Mas os artigos em sua forma textual não compõem o todo do dossiê, como anunciamos acima. Há nele narrativas visuais, introduzidas por textos, mas que em seu conjunto se propõem à reflexão pela visualidade. Dois desses Cadernos de Imagens são produzidos por não-indígenas – o meu mesmo, em que reflito sobre os diversos registros fotográficos tomados durante a pesquisa de campo com os Xikrin do Bacajá, do Pará, sejam eles registros etnográficos para fins de pesquisa, encomendas de mães para registrarem momentos (cruciais) da vida de suas crianças (momentos estes marcados exatamente pela visualidade, pelas pinturas e pelos adornos), e por fim as intervenções das próprias crianças foco ou testemunhas dos registros nas fotografias. O Caderno proposto por Daniel Revillion Dinato explora o diálogo dele, pesquisador não-indígena, com as crianças Huni Kuin, do Acre, por meio da câmera de seu celular, superando assim uma barreira linguística, suprimindo as curiosidades das crianças sobre ele e suas coisas, e, como anuncia em seu breve texto, tornando-o, e assim o registrando, criança. O caderno de fotos de Elissandra Barros da Silva nos traz um pouco da vida das crianças Palikur-Arukwaneye, em registros

de pesquisa que são hoje também parte de acervo fotográfico sobre esse povo, e que nos revelam a importância das águas para os povos do Uaçá. Edgar Corrêa Kanaykô |Xakriabá nos brinda com sua Etnofotografia apresentando registros de crianças Xakriabá, Guarani, Maxakali e Pataxó para nos mostrar como essas crianças aprendem sobre o mundo em que vivem, enquanto Tanielson Rodrigues (Poran Potiguara) volta seu olhar e sua câmera sobre a infância de seu povo, da Paraíba, apresentando uma diversidade de atividades e ambientes que fazem parte de suas vidas.

As pesquisas sobre crianças indígenas no Brasil: estado da arte

Como vimos, o dossiê se soma a outros conjuntos de textos, mas também a uma intensa produção em forma de artigos, capítulos de livros, livros, dissertações e teses que apresento brevemente (e certamente não de modo exaustivo) aqui, de modo a demonstrar a variedade de temas a que o olhar para as crianças permite abordar, além do próprio florescimento do campo de pesquisas em etnologia indígena sobre e com crianças. Tassinari (2007) já fez um apanhado dessas pesquisas, demonstrando o que elas nos revelam em uma especificidade das infâncias indígenas; aqui, fazemos o oposto, demonstrando a diversidade dos temas a que cada uma dessas concepções e vivências de infâncias nos remete em pesquisas em etnologia.

Não seria justo sugestionar o leitor a pensar que o olhar de etnólogos para as crianças só tem início a partir desse novo interesse da antropologia sobre elas. Pelo contrário, pesquisadores clássicos já haviam se dedicado a debater as infâncias, tal como Schaden (1945, 1976), que voltou seu olhar de modo sensível às crianças guarani, enfatizando a autonomia que lhe é reconhecida, os cuidados para seu desenvolvimento físico e a liberdade que se lhes permite para isso, e apontando que, ao contrário, não existiria para este povo a noção de uma “formação moral” da criança, dada que sua alma lhe traz um “caráter inato”⁵. Florestan Fernandes – que aliás também é reconhecido pela sua atenção às crianças no estudo sobre as Trocinhas do Bom Retiro – também dedica um texto às fases da infância entre os Tupinambá, em uma extensão de seus estudos feitos de reconstituição etnográfica a partir de textos históricos. Este autor aborda de modo bastante detalhado as passagens na vida durante a infância dos Tupi da Costa, em uma etnografia impressionante, mas volta-se também ao debate da educação, desta feita generalizando para todos os indígenas, e diferenciando o que seria uma educação tradicional daquela

5 Em suas palavras, que seria uma pena não retomar: “Ora, é bem possível que o bebê tenha a alma (ou melhor, as almas) de um ilustre e competente *ñanderu* falecido ou de algum velho que todos hajam conhecido como pessoa sábia, correta e respeitável. Singular a pretensão de quem quisesse dar-lhe educação moral (Shaden 1976:25).

das “sociedades voltadas para a mudança”, sugerindo, assim, que, para os indígenas, a educação não se limitaria à aprendizagem de técnicas e saberes, mas deveria conformar o indivíduo ao que denomina de um “Nós coletivo” (Fernandes 1976: 71). Portanto, as abordagens da época estão marcadas pelo culturalismo e um certo funcionalismo que marcava a etnologia como um todo, e esses autores em particular (Cohn 2000c, 2001). Além disso, como demonstra Nunes (2001), praticamente todos os estudos em etnologia indígena passam, mesmo que não o reconhecendo explicitamente ou não o tomando do modo como sugerimos aqui, por um debate sobre as infâncias indígenas, desde a gestação a seus cuidados e à formação da pessoa.

Como passagem importante, há três autores que devemos reconhecer. Um estudo a se reconhecer como pioneiro é o de Joanna Overing, sobre a o conhecimento e o desenvolvimento infantil das crianças Piaroa, em que aponta, de um modo inovador, um debate sobre o que tenho chamado de concepção de infância (Cohn 2000c, 2013), ao demonstrar que desde cedo a pessoa Piaroa, para realizar a autonomia pessoal sobre a qual a autora elabora em diversos trabalhos (Overing 1991, 2002), deve ser capaz de controlar o que traduz por “vida dos sentidos” e “vida do pensamento” e realizar o equilíbrio entre elas (Overing 1988). Erikson (1987) faz um estudo de grande beleza sobre um ritual de passagem que se volta às crianças. E, por fim, mas provavelmente o mais importante destes, quando o campo da antropologia da criança e seu impacto na etnologia indígena ainda não se anunciava, os trabalhos de Peter Gow, entre os Piro – ou os povos do Baixo Urubamba como especificava em seus primeiros trabalhos – já o prenunciava. A importância para os Piro da escola e sua relação com o xamanismo já havia levado o autor a entrever o tema; mas foi sua abordagem inovadora aos estudos do parentesco, para estes povos em que, como demonstrou, parentesco é história, e história é memória do cuidado, que o fez particularmente sensível à questão, contribuindo com análises belíssimas para o tema (Gow 1989, 1991, 1997).

Mas a consolidação mesmo deste campo vem nas últimas décadas com diversas pesquisas feitas com e sobre crianças indígenas que – e este é nosso argumento principal – têm direcionado o olhar de pesquisadores para temas os mais diversos. O exemplo Maxakali sempre me parece o mais contundente neste sentido, já que com ele se vê o modo como xamanismo, ritual, os conhecimentos que são cantos e as alianças e os conflitos políticos podem e devem ser entendidos privilegiadamente por meio das crianças (elas são os espíritos que dançam e cantam, os cantos, seus conhecimentos, e quem canta nos rituais, as que refazem alianças políticas ou marcam o conflito por sua circulação entre famílias, ou com o Estado, dentre tantas outras coisas) (Alvarez, 2004, 2014,

2018). Mas esse campo é tão diverso como o são todos os demais para os quais fazamos o exercício de agrupar a partir de um tema – digamos, xamanismo, conversão, guerra, parentesco, ritual, ou qualquer outro –, exatamente por explorar situações etnográficas elas mesmas diversas. Das crianças adotadas e suas relações ambivalentes entre ser da família e *guacho* entre os Kaiowá (Pereira, 2001) às crianças que são privilegiadamente raptadas e seduzidas, em detrimento da gestação, entre os Kadiwéu (Lecznieski, 2005); das crianças que se tornam indígenas e alunos/as ao mesmo tempo, como as Guarani de Jacundá (Marqui, 2016), em um processo múltiplo de aprendizagem do que é ser indígena e do que é estar na escola, às crianças Xikrin que aprendem sobre a alteridade na escola (Beltrame, 2012); reformulações das noções de aprendizagem, tal como em meu próprio trabalho sobre as crianças Xikrin, em que a condição do aprendiz é o interesse próprio, e não um reflexo da distribuição e circulação dos conhecimentos e das prerrogativas cuja transmissão a bibliografia especializada vinha mostrando como tão regulamentada, criando *corpus* pessoais de conhecimentos valorizados como tais (Cohn, 2000a, 2000b), ou das aprendizagens entre pares (Codonho, 2007); a construção desde a infância de relações de parentesco e afinidade pelas próprias crianças, como no processamento da caça dos meninos por uma de suas irmãs que cria um vínculo por toda a vida para os Xikrin (Cohn, 2000b) ou a demonstração por Codonho (2007) de que os cônjuges potenciais são aqueles com que não se brinca na infância, assim como Miranda (2014) demonstra para os Asurini e suas relações estabelecidas em seus terreiros, entre terreiros e nos rios, em um jogo de parentesco e inimizade; a construção do corpo da criança em uma visão ampliada em relação ao que a bibliografia da etnologia havia mostrado – centrada que estava em descobrir se sêmen e sangue contribuem ou não na formação do corpo da criança –, demonstrando que elas são moldadas depois de gestadas e após o nascimento (Cohn, 2000a; Demarqui, 2018; Miranda 2014), que seus corpos são formados por mais do que “carne e osso” mas uma diversidade de outras *coisas* (Miller, 2015), que a fabricação de seus corpos são pensadas e produzidas como em conjunto, análogas ou em complementaridade com a fabricação de outras coisas (Walker, 2009; Miranda, 2014); que análises de conversão religiosas podem ser iluminadas quando se olha para as crianças, e para o debate sobre como elas devem ser educadas e cuidadas, assim como a sempre complexa e tensa relação entre o xamanismo, a feitiçaria e o cristianismo, como demonstram os Baniwa (Marqui, 2017); que o parentesco não se resume aos “humanos” mas se estende a outros seres, como os filhos-planta Jarawara (Maizza, 2014) ou tudo o que é criado (Garcia, 2014), incluindo, para os Karitiana, os cachorros, que são como filhos (Vander Velden, 2012); que sua mobilidade ou imobilidade dão acesso a possibilidades de trânsitos e de relações (Correia da Silva, 2011; Mantovanelli, 2010, 2011; Cohn, 2000a; Miranda, 2014); que

nascimento não seria uma “passagem” do mundo dos espíritos, sobrenatural para o humano, cultural/social, mas um esforço constante de fazer com que a criança que chega se sinta acolhida e feliz com suas novas relações – o que é, como demonstra Pissolato (2007), o trabalho mesmo do parentesco; que elas estabelecem relações especiais de alteridade, sendo com frequência preferencialmente as que se colocam e são colocadas à frente e na intermediação com Outros, como os Guarani-Mbyá (Oliveira 2004, 2005), em especial em sua atuação nos corais que se tornaram famosos, mas também na escola e nas rezas, ou os Maxakali, ponte entre famílias que romperam por conflitos e se mobilizam em um processo de reaparentamento, ponte com os espíritos, espíritos elas mesmas (Alvarez, 2004, 2014, 2018), ou como mote das relações com os não-indígenas e seu dinheiro e suas mercadorias, como os Kalapalo que dizem deles necessitar para atender aos desejos de suas crianças (Novo, 2017); que os direitos das crianças que são indígenas devem ser vistos a partir dessa condição dupla, de ser criança mas principalmente de ser indígena, e, portanto, de ter direitos específicos (Oliveira, 2014); e que os impactos de grandes empreendimentos podem ser vistos por meio das crianças, por exemplo na relação com as águas e o banho que se modificam quando da construção de barragens (Namblá, 2015).

Essa compilação de textos já nos mostra como essa produção bibliográfica, que tem, a não ser por poucas exceções (nominalmente os textos sobre os Jarawara, os Karitiana, os Kalapalo, os Guarani-Mbyá por Pissolato e os Awá-Guajá), as crianças, quando foco das atenções etnográficas, nos leva a discussões tanto clássicas na antropologia – parentesco, ritual, cosmologia, guerra –, quanto a outras nem tão antigas mas já plenamente reconhecidas como temas relevantes à etnologia – conversão religiosa, educação escolar indígena, políticas indigenistas –, assim como podem contribuir àquelas que se tem elaborado mais recentemente como relevantes, quais sejam, a produção das coisas em sua analogia à produção dos corpos (Santos-Granero, 2009), ao debate sobre a dicotomia natureza e cultura/sociedade, sobre perspectivismo e animismo (Descola, 1986, 1992, 1998, 2005; Lima, 1996, 1999; Viveiros de Castro, 1996, 2002, 2006), a uma antropologia transespecífica, a questões sobre políticas e direitos indígenas, às discussões sobre como indígenas têm lidado com as traduções e os usos da noção de cultura (Carneiro da Cunha, 2004; Sahlins, 1997; Wagner, 1981) e os regimes de conhecimento (Carneiro da Cunha, 2004), além de questões metodológicas e epistemológicas que têm sido elaboradas por autores tais como Ingold, em especial em sua proposta de deslocar a noção de produção (de pessoas, coletivos) ao “fazer crescer”, que já aparece em seu primeiro trabalho de proposição de uma nova abordagem antropológica (Ingold, 2000) e é desenvolvido posteriormente em sua obra, Eduardo Viveiros de Castro (2004) ou Strathern (2014). Muito antes disso, como vimos, Toren (1999 [1993]) já havia demonstrado, a partir da

análise comparativa de quatro etnografias, como o olhar para as crianças pode revelar o que teria de outro modo sido obliterado ao ou à antropólogo/a ao se atentar apenas aos adultos e ao que estes fazem e dizem.

Se de um lado podemos ver, como demonstrou Tassinari (2007), algumas características em comum às infâncias indígenas, por outro a análise de Mantovanelli (2010, 2011) nos faz lembrar que há um risco sempre iminente de se estereotipar essas infâncias como “indígenas”. Tendo se deparado com um contexto etnográfico em que as crianças eram em tudo diferente do que a bibliografia lhe apresentava – as crianças Kaingang viviam em seus quintais e protegidas do contato com outros –, a autora nos propõe uma interessante reflexão de como os contextos etnográficos devem ser levados a sério e que, assim, as diversas *concepções de infância* (como elaboro em Cohn, 2013), de seus cuidados e de suas vidas devam ser levadas em conta.

Elaborações futuras, problemas que permanecem: uma agenda de pesquisa

Início este item argumentando pela urgência de se estabelecer uma melhor articulação entre o que se tem elaborado em geral na etnologia indígena e os estudos em antropologia com e sobre crianças indígenas, em especial as produções em etnologia indígena centradas nas crianças e aquelas centradas em estudos das relações com os animais, das plantas e seu cultivo, e dos objetos. Do lado da antropologia da criança, a consolidação de um campo de pesquisa, em sua urgência em demonstrar que as crianças são interlocutores legítimos de pesquisa – consolidação essa que foi alcançada, como busquei demonstrar acima – acabou por não andar a par com o reconhecimento pela etnologia indígena como um todo de que pesquisas com crianças possam permitir um novo olhar para os povos indígenas com que se estuda. De fato, embora desde há décadas antropólogos que estudam crianças tenham afirmado isso, como foi o caso do já mencionado texto seminal de Toren (1999 [1993]), ou seja, que os estudos com as crianças podem revelar aspectos importantes para as pesquisas antropológicas, podendo inclusive elucidar aspectos pouco acessíveis a partir dos estudos apenas com adultos, e embora a antropologia anuncie uma agenda de deixar de se limitar a homens adultos como interlocutores da pesquisa, diria que, enquanto a interlocução com as mulheres ganhou um maior espaço no debate antropológico, este continua grandemente “adultocêntrico”. Na academia brasileira, é visível a falta de debate de campos específicos com os estudos que tenham sido realizados com crianças. Assim, se antropólogos que se dedicam a estudos com e sobre as crianças concordam e vêm seus trabalhos reconhecidos como legítimos, e que as crianças têm a nos revelar sobre nossos campos de pesquisa, mesmo quando esta

legitimidade não seja explicitamente questionada por outros antropólogos, ela não chega a ser, de fato, reconhecida em pesquisas e em seus campos de interlocução nos trabalhos que não vêm a ter a criança como foco. Se a consolidação do campo de pesquisa foi um grande desafio, e é atualmente uma conquista, sugiro que estamos em um momento de revisão – necessária –, de modo a nos tornarmos cada vez mais capazes de pensar essas crianças em toda a complexidade dos mundos em que se criam, e, inversamente, compreender melhor essa complexidade e variedade de mundos também em diálogo com as crianças, que os compõem e criam.

Se de um lado a antropologia da criança tem demonstrado que as crianças são “seres sociais plenos” e plenamente produtores de cultura, em uma resposta direta à ideia de que elas seriam e deveriam ser “socializadas” ou “enculturadas”, demonstração esta que tem sido feita em diversas etnografias e aprofundadas com debates conceituais como a revisão do conceito mesmo de socialização (Cohn 2000c, 2001, 2005), tais estudos têm, no entanto, restrito este debate a uma “sociedade humana”, muito embora a demonstração, há décadas, de que as socialidades ameríndias extrapolam o “humano”, englobando não-humanos tais como animais, plantas, espíritos e objetos, ou, para formular de outro modo, estendendo a pessoalidade para além da humanidade. Esta, afinal, tem sido a demonstração do perspectivismo ameríndio (Viveiros de Castro 2002) e do animismo (Descola 2005), e o debate sobre pessoalização e humanização tem sido diversamente efetuado desde então (cf. por exemplo Villaça, 2005; Coelho de Souza, 2001). Igualmente, a revisão de “socialidade” para os ameríndios, e a crítica à utilização do termo “sociedade”, que muito deve às contribuições de Strathern (1988, 1989) e Toren (1989) vem a par destas demonstrações. Porém, o debate e a crítica à socialização das crianças indígenas sugere uma criança que é ator social pleno em meio a uma sociedade que é *humana*.

Há tempos, propus que os estudos sobre crianças indígenas abandonassem as ideias de socialização e enculturação para dar conta das realidades ameríndias e de suas práticas de criação e sua relacionalidade de um modo que não se restringisse aos pressupostos de que as crianças seriam seres sociais ou culturais em formação. Propus que pesquisas que partissem da noção de pessoa, da produção da pessoa, seriam mais fecundas para estudos antropológicos das crianças indígenas (Cohn, 2000b, 2001b), acompanhando desse modo as evidências que elenquei sobre a rentabilidade nas pesquisas dos estudos da noção de pessoa. Mais tarde, propus, para todos os estudos em antropologia da criança, as indígenas inclusive, que as *concepções de infância* presentes e em jogo em cada caso fossem sempre consideradas como um ponto de partida das análises, de modo a evitar que se partisse sempre de uma ideia que se pretende universalizável, mas não é (Cohn, 2013).

No entanto, uma série de pesquisas sobre crianças indígenas têm efetivamente pautado sua criação em termos de sua circulação entre humanos, tematizando por exemplo os estudos de adoção, rapto e cativo. Nestes casos, elas são pensadas em termos de um cenário que trata da confirmação de coletivos e, às vezes, mais explicitamente, de formação de grupos políticos e da liderança. Esta foi, inclusive, uma leitura crítica que minha primeira análise sobre as pinturas corporais e a ornamentação das crianças Xikrin recebeu, argumentando-se que ela era desenvolvida a partir de um pressuposto de construção de identidades sociais (Demarchi, 2013).

Estes estudos sobre o lugar da criança nas sociedades ameríndias têm se pautado seja na ideia de predação, seja na de produção de comunidades. No entanto, o modo como esta participação fundamental das crianças tem sido analisado é por meio da “mediação” que realiza com os espíritos e com o sobrenatural; essa ênfase pode ser vista pela sintetização do campo feita na época por Tassinari (2007), em que retoma estas etnografias para apresentar um dos aspectos fundamentais que propõe para o entendimento das infâncias indígenas, o de “mediadores cosmológicos”. Ora, a ideia mesmo de uma sobrenatureza tem sido revista junto com a revisão do par Natureza/Cultura (Viveiros de Castro, 2002). Assim, a releitura que sugiro, e que penso, mais de década depois do texto referido, estarmos prontos a realizar, consiste em que possamos fazer destes casos e nas pesquisas sobre crianças indígenas uma leitura mais ampliada da criação das crianças que não restrinja suas relações ao “mundo humano” – a que a apresentação do campo que fiz acima já deve ter convencido o leitor.

Esta não é uma questão de solução fácil, porém – veja-se, por exemplo, o debate por Coelho de Souza (2001) sobre os termos “pessoalização” e “humanização”. Neste sentido, sugere-se que análises do aspecto de “humanização”, que estão na criação das crianças e que nela estabelecem corpos humanos e afecções humanas (Viveiros de Castro, 2002), e que são fruto do parentesco (Gow, 1991), são importantes variáveis no estudo destes cuidados, mas que, paradoxalmente, não têm sido analisadas nas pesquisas da etnologia indígena voltadas para as crianças.

Do outro lado, as revisões das pesquisas tanto com e sobre crianças indígenas como sobre a relação com animais, plantas, espíritos e objetos pelos indígenas, mostraram que a dificuldade de diálogo vem de ambos os lados, já que, de modo muito revelador, estes estudos também deixam de examinar a criação das crianças como parte de seu campo de análise, mesmo que a chamem ao texto com frequência em exercícios de analogia ao que enfocam, mas de modo estereotipado e pouco atento à produção específica no campo.

Nestes estudos, como ocorre, aliás, na maior parte da produção em etnologia

indígena, pouco se refere às crianças. Embora estejam falando de cuidados, ou de produção de corpos, esta vertente dos estudos acaba por fazer, aparentemente, o inverso do que falávamos sobre a antropologia da criança – excluem do seu campo de análise a criança e os cuidados para com elas e a produção de seus corpos.

Talvez possamos contar como exceção Santos-Granero (2009), em introdução ao volume que reúne pesquisas sobre a produção de objetos pelos ameríndios. Neste texto, o autor remete a diversas etnografias discutidas no volume que introduz, e outras que, aliás, têm por referência o idioma da predação (Van Velthen, 2003) e da produção (McCallum, 1998, 2001). Por instigante que sejam suas observações, que nos demonstram as relações entre as diversas confecções artefatuais com as crianças, note-se, porém, que nos faltam duas coisas, ou nos falta uma enquanto sobra outra. Uma, a pressuposição da preeminência das confecções artefatuais sobre as demais, sendo, em suas palavras, “o modelo do corpo humano não o dos animais mas o corpo dos artefatos” (Santos-Granero, 2009: 7, minha tradução); a outra, uma elaboração mais detida sobre como esses corpos humanos, pertences dos humanos que os fazem, que dariam às crianças ameríndias sua “característica artefatural”, seriam efetivamente confeccionados, em sua articulação etnográfica com a criação dos corpos das crianças. Assim, quais são as matérias primas de que se faz o corpo humano e como ele é confeccionado como tal? Estas são questões que se pode elaborar exatamente a partir das etnografias que a etnologia indígena voltada às crianças nos trazem, mas que estão ausentes aqui, neste campo de debate. Mais especificamente, nos fica no ar o que o autor nos sugere a partir da dubiedade do processo de confecção que cria objetos simultaneamente subjetificados e objetificados. Como se dá, então, a subjetificação destes corpos das crianças? E em que medida, e como, eles são objetificados? Qual é, enfim, a diferença entre a confecção de corpos-objetos e corpos-crianças?

Lembro que a etnologia há muito se debruça sobre a produção dos corpos humanos desde a gestação, ou, mais exatamente, especificamente na gestação. Discussões sobre o papel do sêmen e do sangue, redobrado no aleitamento materno, é um clássico das etnografias na região. No entanto, e não surpreendentemente, o tema tem sido tratado a partir da discussão da colaboração de pais e mães na formação de um novo corpo, e não na análise sobre este corpo e como ele se constitui. Do mesmo modo, as discussões sobre o que anima este corpo, aquilo que com muita dificuldade e muitas justificativas se glosa por vezes como “alma” ou “força vital”, tem tratado das origens e dos destinos de tais almas, e não dos papeis por ela efetivados na constituição destes novos corpos, e destes novos seres. Ou seja, análises da criação e da confecção destes corpos como humanos não

têm sido feitas com o cuidado que merecem, assim como os processos de subjetificação – e subjetivação – e objetificação a que alude Santos-Granero. De fato, mesmo análises de pintura corporal, que têm demonstrado como esta é fundamental na humanização dos corpos, têm se detido pouco nestes aspectos – exceções feitas às análises das pinturas mebengokre (cf. Cohn, 2000 para uma abordagem das pinturas das crianças xikrin e sua releitura por Demarchi, 2013) e kaxinawá (Lagrou, 2013). Há muito esforço ainda a ser empreendido para articular estas pesquisas e estas temáticas.

Uma outra abordagem nos remete diretamente às crianças em um quadro comparativo mais amplo, aquela dedicada ao tema da maestria e da nutrição/alimentação/cuidado, nurture. Em um texto em que endereçam a análise realizada por Strathern sobre comer e dar de comer (Strathern, 2012), Fausto e Costa (2013) propõem uma elaboração etnográfica, sul-americana, ameríndia, das questões por ela colocada. Como argumentam, estas só poderiam ser por eles elaboradas etnograficamente, em sua região de expertise. A referência principal para fazê-lo, como em muitos textos que têm elaborado em parceria, é a etnografia sobre os Kanamari realizada por Costa (2010, 2017). Em sua argumentação, que retoma também os Parakanã estudados por Fausto, os autores sugerem que o tema da alimentação, ou de nutrir, coloca em jogo a agentividade, de modo a estabelecer uma relação que será sempre assimétrica, mesmo que de modo ambivalente. Como sugerem, alimentar algo ou alguém deve ser diferenciado da comensalidade, exatamente porque “dar de comer para conter o outro em seu corpo não é o mesmo que comer junto para fazer parte do mesmo corpo” (Fausto e Costa, 2013: 160).

Ou seja, encontramos, neste esforço comparativo e analítico, uma tentativa, como a citada logo acima, de pensar os cuidados das crianças em relação a outros que estão, neste caso, vinculados à alimentação, ou ao dar de comer. Em primeiro lugar, observo que em uma nota no texto (Fausto e Costa, 2013; nota 2), os autores remetem às observações recebidas de Villaça em sua leitura do texto, que não reconhece a assimetria sugerida nestes casos a partir de suas pesquisas entre os Wari’, e lembram que o alcance analítico de sua proposta ainda está em questão em termos de uma comparação etnográfica. Mas, restringindo-nos não na amplitude da proposta analítica nos casos ameríndios, mas nos esforços empreendidos para abordar as diversas relações de cuidado e alimentação, gostaria de comentar a surpreendente articulação de análises de ciclo de vida – e, por que não, de ciclos do grupo doméstico (Fortes, 2011 [1958], cuja influência nos estudos em etnologia indígena sobre o crescimento das crianças e seu amadurecimento pude discutir em outro momento (Cohn 2000a) e com referência a uma bibliografia muito anterior (o que é, para mim, um reforço ao argumento para a revisão mútua dessas

discussões) – e da produção da parentalidade nesta análise. Mais uma vez, sugiro que estes empreendimentos comparativos não atentam como deveriam – mais ainda se compararmos a atenção dada a etnografias sobre pets, por exemplo – para as crianças e sua autonomia, o que já foi largamente demonstrado nas pesquisas sobre as crianças indígenas (Tassinari, 2007). Assim, a passagem do recém-nascido que deve ser alimentado em uma relação de dependência ao adulto que se insere como produtor autônomo em relações de mutualidade aparece mais como um pressuposto do que como uma análise etnográfica, exatamente por pouco atentar às relações que as crianças estabelecem antes de serem “produtoras plenas”.

Sendo assim, a relação com a fabricação dos corpos e a subjetivação e a objetivação das crianças poderão ser revistas, etnograficamente, perguntando-se em que realmente elas consistem; e as relações de maestria e assimetria, tomadas em cada caso etnográfico, poderão ser melhor analisadas pensando-se nas atuações das crianças nestes processos.

Articulações: uma proposta de diálogo contemporâneo para a etnologia com e sobre crianças

A articulação entre estes debates recentes da etnologia indígena, que envolvem as crianças, os objetos, os animais, os espíritos e as coisas, não é óbvia, como deve ter ficado claro no debate acima, mas, certamente, deve ser feita. Como apontei, estas pesquisas pouco têm dialogado, e será fundamental que o façam. Como fazê-lo é o desafio.

Como vimos, as abordagens do animismo e do perspectivismo ameríndio têm, de formas diversas, informado esses debates, desde certamente os temas dos animais e dos espíritos, e posteriormente, a cada novo texto, se sugere que estas abordagens não englobariam os demais temas – plantas (Oliveira, 2012; Mazzi, 2014) ou objetos (Santos-Granero, 2009), e, como sugiro aqui, de alguma maneira, as crianças. Do mesmo modo, os debates vão sendo diversamente influenciados pelas diferentes abordagens da “produção”, ou a “economia moral da convivialidade”, ou da “predação”, ou a “economia simbólica da alteridade”, como as definiu Viveiros de Castro (1999).

Dentre a pluralidade de casos etnográficos e este jogo de abordagens, com múltiplas combinações possíveis, a necessária articulação se faz também plural, devendo estar aberta às perspectivas não só de preferência aos etnógrafos, mas, principalmente, que mais cabem a cada caso. Veja-se, por exemplo, no caso das crianças, as pesquisas que mostram o diagnóstico necessário para a verificação da “humanidade” do recém-nascido entre os Piro (Gow, 1991, 2000), em uma análise em que a tônica é a produção do parentesco, ou dos cuidados durante a gestação entre os Juruna, em uma abordagem em que se discute

o perspectivismo (Stolze de Lima, 1996). Este mosaico é ainda acrescido, como vimos, de propostas comparativas mais recentes, como a da maestria (Fausto, 2008; Fausto e Costa, 2013) ou a antropologia da vida (Pitrou, 2016) e dos sentidos (Surrallès, 2009).

A questão de fato é o que se está comparando, ou o que é comparável nestes casos. Compara-se crianças, animais, plantas e objetos, ou processos de produção, fabricação, subjetificação e objetificação? Meu argumento, que se reforça em vários dos autores citados, é de que são os processos que são comparáveis. Os ameríndios criam crianças, animais, plantas, espíritos, coisas. De fato, os argumentos de Ingold (2000) contra a utilização do termo “fazer” (ou “fabricar”, “produzir”) na antropologia me parece especialmente válido na etnologia indígena – assim, mais do que fazer, se criam, como argumenta o autor, as condições favoráveis para o crescimento – em meus termos, “cria-se”. É em torno da criação, e os modos pelos quais estão articulados etnograficamente e em uma perspectiva comparada, que deve ser elaborada a comparação.

Mas permanecem no ar as questões da humanidade, da subjetividade e da agência. Desde as primeiras formulações sobre o perspectivismo ameríndio, a questão do que seria o humano tem sido abordada – se humanos coincidem com animais e espíritos em ocupar o ponto de vista e a condição de sujeito, o que faz então a humanidade, ou seriam, no fim, todos igualmente humanos? Como sugere Viveiros de Castro (1996, 2000) desde suas primeiras formulações do perspectivismo, a humanidade não poderá mais ser tomada como uma essência, uma substância, um conteúdo, mas como condição. Por outro lado, quando reflete sobre as coisas-pessoas ameríndias, Santos-Granero (2009) sugere a subjetificação e objetificação dos corpos/objetos/pessoas como a questão a ser perseguida. E Holbraad (2011), em um texto provocativo, sugere a pergunta de se as coisas falam – e que, ao querer fazer falar as coisas, estaríamos engajados em um mesmo projeto “humanista” como aquele que adveio das críticas pós-coloniais de “dar a voz aos nativos”. As coisas poderiam, enfim, falar? E ele parece concluir: na realidade, podemos apenas etnografar as coisas a partir de seus usos pelas pessoas, já que elas talvez não possam, afinal, falar fora de sua associação com as pessoas. Fazer as coisas falarem seria de fato o objeto de uma outra ciência, a pragmatologia, esta “arte ao contrário”.

Neste ponto, volto às crianças – estas que há décadas temos demonstrado serem plenamente sociais e culturais. Assim, o que sugiro é que incorporar as crianças nestes debates que pautam essa socialidade ameríndia, que excede a “humanidade” (tal como concebem os não-indígenas e portanto por muito tempo a antropologia) e a estende para outros seres, é ampliar a discussão da criação das crianças para além dessa “sociedade humana”, e um passo crucial tendo em vista as muitas demonstrações de que as

socialidades ameríndias são elas mesmas amplas. No entanto, a agência das crianças, isto que demonstramos com tanto esforço, tem que ser uma parte importante destas análises. Talvez tenhamos que abraçar também essas múltiplas agencialidades, as de animais, plantas, objetos... e das crianças, que são, para os ameríndios, seres de alta competência social.

Sendo assim, o esforço terá que ser feito a partir de uma revisão dupla – enquanto os estudos sobre as crianças indígenas terão que cada vez mais tematizar esta socialidade ampliada em que ela está inserida, aqueles que buscam colocar no debate estas outras criações indígenas, de animais de estimação, plantas, espíritos, objetos, deverão poder realizar uma análise comparativa que tome a criança como ser social pleno, sim, mas agora desta socialidade ampliada. Sugerimos, assim, que os próximos passos neste campo venham a realizar essa articulação, em que se anuncia esta necessidade do ponto de vista da antropologia da criança, mas se enfatiza o caráter recíproco do esforço comparativo, em um empreendimento para realizar uma das articulações possíveis da etnologia indígena voltada à criança a outras pesquisas contemporâneas, voltadas a outras criações.

Encerrando com um retorno ao início, ressalto que os textos e as etnografias fotográficas aqui reunidos já o demonstram de modos diversos e potentes. Cada infância abordada nos leva a outros temas, e extrapola a humanidade especificamente humana, colocando as crianças em sua devida relação com todos os seres de seus mundos. Estamos, talvez, em um momento efetivamente de passagem, um turno nas pesquisas. Quiçá próximos dossiês nos tragam elaborações neste sentido.

Referências

ALVAREZ, Myriam M. 2004. "Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização". *Revista Antropológicas*, ano 8, volume 15(1).

_____. 2014. "Criando espíritos, criando crianças: a construção do conhecimento". Comunicação apresentada no *II Seminário Crianças/infâncias Indígenas*, UFSCar.

_____. 2018. *Alteridade e história entre os Maxakali*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina.

CARNEIRO DA CUNHA, MANUELA. 2004. "'Culture' and culture: traditional knowledge and intellectual rights". *March Bloch Conference*, Ms.

_____. 2009. *Cultura com aspas*. São Paulo: CosacNaify.

CODONHO, Camila G. 2007. *Aprendendo entre pares: a transmissão horizontal de saberes entre as crianças indígenas Galibi-Marwono*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.

COELHO DE SOUZA, Marcela. 2001. "Nós, os vivos: 'construção da pessoa' e 'construção do parentesco' entre alguns grupos jê". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 16 N 46.

COHN, Clarice. 2000a. *A criança indígena: A concepção xikrin de infância e aprendizado. Dissertação de Mestrado*. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo.

_____. 2000b. "Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá". *Revista de Antropologia*, v. 43 nº 2, pp. 195-222.

_____. 2000c. "Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil". *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 10, n. 9, pp. 13-26.

_____. 2001a. "A experiência da infância e o aprendizado entre os Xikrin". In: Aracy Lopes da Silva e Ângela Nunes (orgs.) *Crianças indígenas. Ensaios antropológicos*. São Paulo, Global:MARI:FAPESP.

_____. 2001b. "A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia". In: Aracy Lopes da Silva, Ana Vera Macedo e Ângela Nunes (orgs.) *Crianças indígenas. Ensaios antropológicos*. São Paulo, Global:MARI:FAPESP.

_____. 2005. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 2010. "A criança, a morte e os mortos: o caso mebengokré-xikrin", In: *Horizontes Antropológicos*, vol.16 no.34.

_____. 2013. "Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil". *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), v. 13, pp. 211-234.

CORREIA DA SILVA, Rogério. 2011. *Circulando com os meninos: infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

CORSARO, William A. 2005 [1997]. *The Sociology of Childhood*. London/New Delhi, Thousand Oaks/Pine Forge Press.

COSTA, Luiz. 2010. The Kanamari Body-Owner. Predation and Feeding in Western Amazonia. In: *Journal de la Société des Americanistes*, 96-1.

_____. 2017. *The Owners Of Kinship - Asymmetrical Relations In Indigenous Amazonia*. Hau Books, University of Chicago Press, Nova Iorque: 304.

DEMARCHI, André. 2018. "Pinturas Terapêuticas: corpos e tintas em alguns grupos Jê". In: Poliene Soares dos Santos Bicalho; Márcia Machado. (Org.). *Artes Indígenas do Cerrado*. 1ed.Goiânia: Ed. PUC-Goiás, v. 1, pp. 51-82.

DESCOLA, Ph. 1986. "Le monde des jardins". In: *La Nature Domestique: symbolisme et praxis dans l'ecologie dès Achuar*. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'homme.

_____. 1992. "Societies of nature and nature of society". In: KUPER, A. *Conceptualizing society*. London: Routledge.

_____. 1998. "Estrutura ou sentimento: a relação com os animais na Amazônia". *MANA*.

Estudos de Antropologia Social 4 (1), pp. 23-45.

_____. 2005. *Par-delà nature et culture*, Paris: Éditions Gallimard.

ERIKSON, Philippe. 1987. "Bats-moi, mais tout doucement". In: *L'Univers du Vivant*. No. 20, maio. ISSN: 0764 5791.

FAUSTO, Carlos; COSTA, Luiz. 2013. "Feeding (and eating): reflections on Strathern's eating (and feeding)". *Cambridge Anthropology*, 31(1), pp. 159-165.

FERNANDES, Florestan. 1976. "Aspectos da educação na sociedade Tupinambá". In: Schaden, Egon - *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp. 63-86.

FORTES, Meyer. 2011 [1958]. "O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico". In: *Cadernos de Antropologia* da Editora UnB, disponível em <http://www.dan.unb.br/images/pdf/serie-traducao/st%2005.pdf> (último acesso 10/04/2017).

GOW, Peter. 1989. "The Perverse Child: Desire in a Native Amazonian Subsistence Economy". *Man*, 24(4):567-582

_____. 1991. *Of Mixed Blood*. Oxford: Clarendon Press.

_____. 1997. "O parentesco como consciência humana: o caso dos piro". *Mana*, 3(2), pp. 39-65.

GRANDO, Beleni S.; CARVALHO DE CARVALHO, Diana; DIAS, Tatiane L. (Orgs.). 2012. *Crianças - Infâncias, Culturas e Práticas Educativas*. 1ed. Cuiabá: EduUFMT.

HOLBRAAD, Martin. 2011. *Can the Thing Speak?* OAC PRESS Working Papers Series #7.

INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London & New York: Routledge.

JAMES, A.; PROUT, A. 1990. *Construction and Reconstructing Childhood*. Balisingstoke: Falmer Press.

JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. 1997. *Theorizing Childhood*. Cambridge: Polity Press.

JAMES, Allison & CHRISTENSEN, Pia (orgs.). 2010. *Research with Children. Perspectives and Practices*, London/New York, Falmer Press.

LAGROU, Els. 2013. "Podem os grafismos ameríndios ser considerados quimeras abstratas? Uma reflexão sobre uma arte perspectivista". In: SEVERI, Carlo; LAGROU, Els (orgs.). *Quimeras em diálogo: grafismo e figuração nas artes indígenas*. Rio de Janeiro: 7Letras.

LECZNIESKI, Lisiane Koller. 2005. *Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

LOPES DA SILVA, Aracy; Nunes, Angela. 2001. "Introdução". In: Aracy Lopes da Silva, Ana Vera Macedo e Angela Nunes (orgs.) *Crianças indígenas. Ensaios antropológicos*. São Paulo, Global:MARI:FAPESP.

McCALLUM, Cecilia. 1998. "O corpo que sabe: da epistemologia kaxinawá para uma antropologia médica das terras baixas sul-americanas". In: ALVES, PC., and RABELO, MC. orgs. *Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará.

_____. 2001. *Gender and sociality in Amazonia: how real people are made*. Oxford: Berg Press.

MAIZZA, Fabiana. 2014. "Sobre as crianças-planta: o cuidar e o seduzir no parentesco Jarawara". *Mana* 20(3).

MARQUI, Amanda R. 2016. *Tornar-se aluno/a indígena*. São Paulo, Prisma.

_____. 2017. *Relações entre infância, escola e religião: etnografia dos Baniwa do Médio Içana*. Tese de Doutorado. PPGAS/UFSCar. São Carlos.

MARQUI, Amanda R.; COHN, Clarice. 2011. "Tornar-se aluno(a) indígena: uma etnografia de uma escola guarani mbyá". *Inter-legere* (UFRN), v. 9, pp. 09 - 12,

MANTOVANELLI, Thais. 2011. *Crianças invisíveis da reserva indígena Icatu, SP*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos.

MILLER, Joana, 2015. *As Coisas: Os Enfeites Corporais e a Noção de Pessoa Entre os Mamaindê (Nambiquara)*. Rio de Janeiro, Mauad.

MIRANDA, Xanda. B. 2014. *Kunumi Rukara: terreiros de criança Asuriní*. Dissertação (Mestrado). São Carlos, PPGAS/UFSCar

NAMBLÁ, Marcondes, 2015. *Infância Laklãnõ: ensaio preliminar. Monografia*. Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC. Disponível em: <http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Marcondes-Nambla.pdf>.

NASCIMENTO, Adir C.; AGUILERA URQUIZA, Antonio H.; VIEIRA, Carlos M. N. (Orgs.). 2001. *Criança Indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais*. Brasília: Liber Livro.

NOVO, Marina P. 2017. "*Esse é o meu patikula*": uma etnografia do dinheiro e outras coisas entre os Kalapalo de Aiha. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos

NUNES, A. 1999. *A sociedade das crianças a'uwe-xavante: por uma antropologia da criança*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

_____. 2001. "O lugar das crianças nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras". In.: Aracy Lopes da Silva, Ana Vera Macedo e Angela Nunes (orgs.) *Crianças indígenas. Ensaios antropológicos*. São Paulo, Global:MARI:FAPESP.

_____. 2003. "*Brincando de Ser Criança*" contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da infância. Tese de Doutorado. Lisboa, Portugal: ICSTE.

OLIVEIRA, Assis. 2014. *Indígenas crianças, crianças indígenas: perspectivas para construção da doutrina da proteção plural*. Bahia, Juruá Editora.

OLIVEIRA, Joana C. 2012. *Entre plantas e palavras. Modos de constituição de saberes entre os Wajãpi (AP)*. Tese (Doutorado). São Paulo, PPGAS/FFLCH/USP.

OLIVEIRA, Melissa S. de. 2004. *Kyringué i kuery guarani: infância, educação e religião entre os guarani de M'Biguaçu, SC*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. 2005. "Nhanhembo'é: infância, educação e religião entre os Guarani de M'Biguaçu", SC. In: *Cadernos de Campo* vol 13 n 3.

OLIVEIRA, Assis da Costa. 2014. *Indígenas crianças, crianças indígenas: perspectivas para a construção da Doutrina da Proteção Plural*. Curitiba: Juruá.

OVERING, Joanna. 1988. "Personal autonomy and the domestication of the self in Piaroa Society". In: JAHODA, Gustav; LEWIS, I. M. (orgs.) *Acquiring culture: cross cultural studies in child development*. London/New York/Sidney: Croom Helm.

_____. 1991. "A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa". *Revista de Antropologia* 34.

_____. 2002 [1983-1984]. "Estruturas elementares de reciprocidade: uma nota comparativa sobre o pensamento sócio-político nas Guianas, Brasil Central e Noroeste amazônico". In: *Cadernos de Campo* vol 10, n 10.

PEREIRA, Levi Marques. 2001. "No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá". In: Aracy Lopes da Silva e Ângela Nunes (orgs.) *Crianças indígenas. Ensaios antropológicos*. São Paulo, Global:MARI:FAPESP.

PIRES, Flávia. 2007. "Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica". *Revista de Antropologia*, 50(1), pp. 225-270

_____. 2010. "O que as crianças podem fazer pela antropologia?". *Horizontes Antropológicos*, 16(34), pp. 137-157

PISSOLATO, Elizabeth. 2007. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya-guarani*. São Paulo: Editora da Unesp.

PITROU Perig, 2016. "Ação ritual, mito, figuração: imbricação de processos vitais e técnicos na Mesoamérica e nas terras baixas da América do Sul (Introdução)". In.: *Revista de Antropologia*, vol 59 n1.

PROUT, A. 2005. *The future of childhood*. New York: Routledge Falmer.

SAHLINS, Marshall. 1997. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (partes I e II)". *Mana* 3/1 e 3/2.

SANTOS-GRANERO, Fernando. 2009. "Introduction". In: SANTOS-GRANERO, Fernando (ed) *The occult life of things: native Amazonian theories of materiality and personhood*. The University of Arizona Press.

SCHADEN, Egon. 1945. "Educação e magia nas cerimônias de iniciação". In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. n. 8, vol. III, pp. 271-274.

- _____. 1976. "Educação indígena". In: *Problemas Brasileiros*, ano XIV, n. 152, pp. 23-32.
- STRATHERN, Marilyn. 1988. *The Gender of the Gift*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
- _____. 1996. For The Motion (1). "Debate: The Concept Of Society Is Theoretically Obsolete". In: Ingold, Tim. (org.) *Key Debates in Anthropology*. London/New York, Routledge, pp. 60-66
- _____. 1992. "Parts and wholes: refiguring relationships in a post- plural world". In: Adam Kuper (org.). *Conceptualizing Society*. London: Routledge.
- _____. 2013. *Eating (and feeding)*. Cambridge Anthropology, 31(1).
- _____. 2014. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- SURRALÉS, Alexandre 2009. *En el corazón del sentido. Percepción, afectividad, acción em los Cadosh, Alta Amazonía*. Lima, IFEA/IWGIA.
- SZULC, Andrea; COHN, Clarice. 2012. "Anthropology and Childhood in South America: Perspectives from Brazil and Argentina". In: *AnthropoChildren* 1, online.
- TASSINARI, Antonella M. I. 2007. "Concepções indígenas de infância no Brasil". In.: *Revista Tellus*, no. 13, out.
- _____. 2009. "Múltiplas Infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola". Comunicação apresentada no 33^o. *Encontro Nacional da ANPOCS*, disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt16-24/1935-antonellatassinari-multiplas/file>
- TASSINARI, Antonella M. I.; Grando, B. S.; Albuquerque, M. A. S.. (Org.). 2012. *Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização*. 1ed. Santa Catarina: Editora UFSC.
- TOREN, Christina. 1989. For The Motion (2). 1989 Debate: "The Concept Of Society Is Theoretically Obsolete". In: Ingold, Tim. (org.) *Key Debates in Anthropology*. London/New York, Routledge, 1996: 60-66
- _____. 1999 [1993]. "Making History: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind". In: *Mind, Materiality and History. Explorations in Fijian Ethnography*, London/New York, Routledge
- VANDER VELDEN, Felipe. 2014. "'Bonitinha feito sorriso de criança': Relações entre infância e criação de animais entre os Karitiana, Rondônia". Comunicação apresentada no *II Seminário Crianças/infâncias Indígenas*, UFSCar.
- VELTHEM, Lucia H. van. 2003. *O belo é a fera: a estética da produção e da predação entre os Wayana*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia: Assírio & Alvim
- VILAÇA, Aparecida. 2005. "Chronically unstable bodies: reflections on amazonian corporalities". *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S) 11.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. Mana 2/2.

_____. 1999. "Etnologia Brasileira". In: Sergio Miceli (org.) *O que ler na ciência social brasileira 1970-1995*. São Paulo/Brasília, Editora Sumaré/ANPOCS/CAPES.

_____. 2002. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo, CosacNaify.

WALKER, Harry. 2009. "Baby hammocks and stone bowls: Urarina technologies of companionship and subjection". In: Santos Granero, Fernando, (org) *The occult life of things: Native Amazonian theories of materiality and personhood*. University of Arizona Press, Tucson, USA.